

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO AMERICANOS SOBRE CULTURA E COMUNICAÇÃO

A intervenção do Estado no financiamento à cultura na crise econômica de 2008

O caso da França e o caso dos Estados Unidos

Joyce Gomes da Costa
Novembro de 2015

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos sob orientação do Prof. Dr. Danilo Júnior de Oliveira.

A intervenção do Estado no financiamento à cultura na crise econômica de 2008: o caso da França e o caso dos Estados Unidos¹

Joyce Gomes da Costa²

RESUMO

O presente artigo propõe uma reflexão crítica sobre o comportamento do Estado em relação ao financiamento da cultura no período da crise econômica mundial de 2008, através da comparação entre os investimentos federais diretos nos Estados Unidos e na França, que apresentam modelos de financiamento com pouca e forte intervenção federal direta respectivamente. Independentemente da política cultural de um país, desde que bem estruturada e com fontes de financiamento diversificadas, a intervenção pública no financiamento à cultura faz-se necessária em momentos de crise, seja para equilibrar a queda dos recursos privados ou mesmo para a manutenção dos empregos e continuidade das atividades culturais, que também contribuem para a recuperação da economia.

Palavras-chave: Financiamento Público da Cultura; Crise; Estados Unidos; França; Política Cultural.

ABSTRACT

This article proposes a critical reflection about the State's behavior in relation to public funding of cultural programs during the period of the global economic crisis of 2008, by comparing direct federal investments in the United States and in France, countries whose funding models have little and heavy direct federal intervention respectively. Regardless of a country's cultural policy, as long as it is well structured and with diversified funding sources, public funding of cultural programs is needed in times of crisis, either to balance the drop in private funding or even for maintaining jobs and continuity of cultural activities, which also contribute to the economic recovery.

Keywords: Cultural Public Funding; Crisis; United States; France; Cultural Policy.

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado como condição para obtenção do título de Especialista em em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos sob orientação do Prof. Dr. Danilo Júnior de Oliveira.

² Graduada em Tecnologia de Automação de Escritórios e Secretariado pela Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC-SP), possui certificação em Administração de Empresas com ênfase em Relações Internacionais pelo Hillsborough Community College (FL, EUA) através de bolsa de estudos administrada pela Comissão Fulbright no Brasil.

RESUMEN

Este artículo propone una reflexión crítica sobre el comportamiento del Estado en relación con la financiación de la cultura en el período de la crisis económica mundial de 2008, mediante la comparación de las inversiones federales directas en los Estados Unidos y Francia, que tienen modelos de financiación con poco y fuerte intervención federal directa, respectivamente. Independientemente de la política cultural de un país, si bien estructurada y con fuentes de financiación diversificadas, la intervención pública en la financiación de la cultura en tiempos de crisis es necesaria, para equilibrar la caída de los fondos privados o también para el mantenimiento de puestos de trabajo y la continuidad de las actividades culturales, que también contribuyen a la recuperación económica.

Palabras clave: financiación pública de la cultura; crisis; Estados Unidos; Francia; política cultural.

1. Introdução

O presente artigo propõe uma reflexão crítica sobre o comportamento do Estado em relação ao financiamento da cultura em tempos de crise econômica, através da análise e comparação entre um modelo de política pública de cultura caracterizado por uma menor participação do Estado, exemplificado pelos Estados Unidos da América, e um modelo com significativa atuação do Estado no financiamento à cultura, tomando-se como exemplo a França³.

A análise compreende os dados dos investimentos diretos, de âmbito federal, destinados à cultura em cada um dos países entre 2005 e 2011, período que compreende os três anos anteriores e posteriores a 2008. Tal ano é considerado o ápice da última crise econômica mundial, conhecida como a Grande Recessão, caracterizada pela desaceleração da economia, redução das taxas de investimento, aumento do desemprego e da dívida pública (PRADO, 2011). Cabe ressaltar que, apesar da retomada de atividades e crescimento do PIB nos anos subsequentes a esse ápice, a crise ainda não

³ Para o presente artigo não foi analisado o caso da Inglaterra, que tem características próprias e consta no estudo de Isaura Botelho, mas é considerado um híbrido de investimentos do Estado e investimentos privados.

acabou e sua superação, bem como seus desdobramentos, são ainda imprevisíveis (FILGUEIRAS; OLIVEIRA, 2013).

A motivação da pesquisa parte dos estudos de Isaura Botelho (1997) sobre modelos de financiamento. Tais estudos trazem não apenas uma reflexão sobre a diversificação dos mecanismos de financiamento no Brasil, mas também exemplos de práticas internacionais, incluindo o modelo francês e o modelo norte-americano, com o objetivo de revisar e discutir a sustentabilidade de tais modelos diante da interferência de acontecimentos contemporâneos, como a crise econômica mundial. Tais acontecimentos afetam diretamente as operações e o comportamento dos dois principais financiadores em questão: o Mercado e o Estado.

Ao analisar como o Estado interferiu para o reequilíbrio dos investimentos culturais em países com modelos de financiamento à cultura tão distintos, considerados até antagônicos, reforça-se a importância das políticas públicas para a solidez e sustentabilidade das atividades culturais. Isso porque, ao contrário do que se acredita comumente do ponto de vista econômico, as atividades culturais não devem ocupar uma posição marginal de isolamento entre as demais atividades da sociedade, pois podem também contribuir para a reestruturação econômica.

Ambos os países analisados neste artigo têm significativa influência nos modelos brasileiros de financiamento à cultura. Dessa forma, a importância do presente estudo é latente, pois pode contribuir para a reflexão sobre as atitudes do poder público brasileiro no que tange a suas políticas culturais, em especial durante a presente crise político-econômica que consterna o país.

2. Evolução do investimento federal em cultura entre 2005 e 2011

Para cada um dos países, foi analisada a evolução do total de investimentos federais à cultura através de aporte direto de recursos – ou seja, desconsiderando os recursos oriundos de políticas federais de isenção fiscal,

bem como investimentos de âmbito estadual ou municipal – em relação ao respectivo Produto Interno Bruto (PIB) entre 2005 e 2011.

Para a França, foram considerados os dados dos documentos de *Effort financier de L'État dans le domaine culturel*⁴, que englobam não apenas o orçamento do Ministério da Cultura e Comunicação, mas também o orçamento destinado à missão cultural nos demais ministérios, tais como o Ministério da Educação Nacional e o Ministério de Relações Exteriores, cujos investimentos em programas de cunho cultural são expressivos, chegando a responder, juntos, por 45% do investimento total em 2010.

Para os Estados Unidos, foram levantados os aportes federais diretos não apenas ao National Endowment for the Arts⁵, instituição que mais se aproxima à função de um órgão nacional de cultura, mas também os recursos destinados a outras instituições culturais nacionais dependentes de verba federal, tais como o Instituto Smithsonian e o Instituto de Serviços de Museus e Bibliotecas (IMLS). Também foram considerados os programas de cunho cultural desenvolvidos por outras organizações, como o National Endowment for the Humanities⁶ e a Corporation for Public Broadcasting⁷, cuja soma dos investimentos muito ultrapassa a soma do Fundo Nacional para as Artes e, portanto, não pode ser desconsiderada.

Vale ressaltar que, para o presente artigo, foram coletados os dados referentes aos investimentos federais no que cada país considera como cultura em relação ao seu respectivo orçamento, não cabendo, para fins dessa análise, a discussão conceitual sobre o que é cultura.

Em ambos os países, nota-se um significativo aumento da verba federal direta destinada a programas culturais no ápice da crise. Nos anos nos quais houve variação negativa do PIB, os investimentos em cultura foram maiores. Nos Estados Unidos, houve aumento de 6,31% entre 2007 e 2008 e de 6,85% entre 2008 e 2009; na França, após queda de 3% entre 2007 e 2008, houve um salto de 57% entre 2008 e 2009. No caso da França, é relevante

⁴ Investimento do Estado na esfera cultural.

⁵ Fundo Nacional para as Artes.

⁶ Fundo Nacional para as Ciências Humanas.

⁷ Companhia de Radiodifusão Pública.

notar que, embora tenha havido queda no total geral destinado à cultura entre 2007 e 2008, o orçamento do Ministério da Cultura e a verba destinada à missão cultural do Ministério da Educação Nacional aumentaram 3% e 1%, respectivamente, o que é importante, considerando que esses dois ministérios são os que mais contribuem para o total investido em cultura, chegando a responder por 72% do total em 2008.

No período de recuperação econômica, o investimento ficou praticamente estabilizado, com aumentos de 3% em 2010 e 2011 na França; ao passo que nos Estados Unidos, após sinais de recuperação da economia e, conseqüentemente, recuperação dos investimentos privados, houve queda nos investimentos federais diretos, de 7,93% em 2010 e de 0,99% em 2011. O quadro 1 contém a comparação detalhada e demonstração gráfica da evolução dos investimentos em cada país⁸.

Quadro 1 - Investimentos federais à cultura nos EUA e na França entre 2005 e 2011

EUA (em dólares)	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
PIB	\$ 14,407,999,582,000	\$ 14,792,234,498,000	\$ 15,055,307,877,000	\$ 15,011,479,184,000	\$ 14,594,752,327,000	\$ 14,964,310,198,000	\$ 15,204,001,526,000
Variação percentual do PIB	n/a	2.67%	1.78%	-0.29%	-2.78%	2.53%	1.60%
Gasto Federal Total com Cultura	\$ 1,761,689,000	\$ 1,750,583,000	\$ 1,775,530,000	\$ 1,887,650,000	\$ 2,017,031,000	\$ 1,857,036,000	\$ 1,838,579,000
% do PIB gasto com cultura	0.012%	0.012%	0.012%	0.013%	0.014%	0.012%	0.012%
Variação percentual do gasto com cultura em relação ao ano anterior	n/a	-0.63%	1.43%	6.31%	6.85%	-7.93%	-0.99%
França (em euros)	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
PIB	\$ 1,771,978,000,000	\$ 1,853,267,000,000	\$ 1,945,670,000,000	\$ 1,995,850,000,000	\$ 1,939,017,000,000	\$ 1,998,481,000,000	\$ 2,059,284,000,000
Variação percentual do PIB	n/a	4.59%	4.99%	2.58%	-2.85%	3.07%	3.04%
Gasto Federal Total com Cultura	\$ 6,669,000,000	\$ 6,297,000,000	\$ 6,885,000,000	\$ 6,709,000,000	\$ 10,543,130,000	\$ 10,895,610,000	\$ 11,219,830,000
% do PIB gasto com cultura	0.38%	0.34%	0.35%	0.34%	0.54%	0.55%	0.54%
Variação percentual do gasto com cultura em relação ao ano anterior	n/a	-6%	9%	-3%	57%	3%	3%

Incluindo 50M do ARRA

Fonte: elaborado pela autora a partir de fontes constantes nas referências bibliográficas.

⁸ Foram considerados os valores obtidos nas respectivas fontes e pode haver pequenas variações em decorrência de atualizações monetárias.

3. Contribuição das políticas culturais para a recuperação da economia e além

Dados do National Arts Index⁹ (KUSHNER; COHEN, 2014) mostram que as artes e a cultura representam mais de 3% do Produto Interno Bruto dos Estados Unidos. No entanto, como nas demais indústrias, a crise teve um impacto negativo nos investimentos privados à cultura. Houve queda nos investimentos oriundos de doações e filantropia, que respondem pela maior parcela do total investido em cultura no país, mas que em momentos de crise são redirecionados a outras áreas, como educação e saúde, consideradas mais prioritárias pelos doadores (de 2007 para 2008, houve queda de mais de 17% nas doações destinadas à cultura, segundo dados de 2014 da organização Americans for the Arts). Outra fonte relevante de recursos comprometida durante a crise, segundo a quarta edição do relatório Arts & Economic Prosperity¹⁰, foi o gasto da população com cultura, que sofreu queda de 11%.

Em fevereiro de 2009, o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, sancionou uma legislação denominada American Recovery and Reinvestment Act (ARRA)¹¹ com o objetivo de combater o desemprego ocasionado pela crise econômica entre 2007 e 2009, fomentando o crescimento econômico e investimentos de longo prazo. Apesar do investimento à cultura oriundo desse pacote de estímulo econômico ser pequeno em comparação ao total – apenas 50 milhões de dólares destinados ao Fundo Nacional para as Artes¹² dos 840 bilhões de dólares investidos –, suas implicações foram cruciais para compensar a queda dos investimentos privados e filantrópicos em organizações culturais durante o período da crise.

Em 2010, conforme o relatório Artes e Prosperidade Econômica, os gastos de organizações culturais e artísticas sem fins lucrativos foram estimados em 61,1 bilhões de dólares, o que apoiou 2,2 milhões de empregos

⁹ Índice Nacional das Artes.

¹⁰ Artes e Prosperidade Econômica.

¹¹ Lei do Reinvestimento e Recuperação Americana.

¹² O repasse de 50 milhões de dólares ao NEA foi distribuído através de editais e repasses a organizações estaduais e regionais. Fora esse investimento, houve também um aporte de 25 milhões de dólares ao Instituto Smithsonian para reformas e revitalização dos seus edifícios, que foram computadas como investimento em infraestrutura.

diretos e indiretos, contribuindo para a geração de 47,5 bilhões de dólares em renda familiar. Do ponto de vista econômico, os dólares gastos em recursos humanos tendem a permanecer na comunidade por mais tempo e, portanto, têm um impacto econômico maior. Dada a natureza das atividades culturais, nas quais praticamente metade dos gastos (48,4%) são com artistas e pessoal de apoio, seu impacto é ainda mais relevante.

Já o relatório *L'apport de la culture à l'économie en France*¹³ de 2013 aponta que, entre 2008 e 2010, o número de empregos relacionados à cultura cresceu 3,4%, com elevação de 2,6% no número de empregos especificamente culturais e 10% na quantidade de empregos considerados indiretamente culturais. O relatório também apresenta que, em 2010, as atividades culturais foram responsáveis por 2,5% dos empregos no país. Em 2005, as atividades culturais responderam por 3,5% da riqueza nacional; esse percentual chegou a 3,2% em 2011, com essa queda justificada por diversos fatores, entre eles a crise econômica de 2008. Reconhecendo a imprudência de se afirmar uma relação de causa entre atividades culturais e desempenho socioeconômico de forma simplista, o relatório confirma que, com base em estudos realizados ao longo de décadas, há uma correlação positiva entre esses fatores.

Botelho (2009) aponta que a crise representa uma oportunidade de reestruturação das políticas culturais na área de cultura a longo prazo envolvendo instituições e sociedade civil. Por outro lado, Ortiz (2008) destaca que as discussões sobre cultura e desenvolvimento são delicadas e complexas – existe um hiato entre cultura e desenvolvimento ao mesmo tempo em que o vínculo entre ambos é decisivo, sendo necessário refletir sobre o conceito de desenvolvimento, suas diversas faces e implicações. Há uma constante queixa de que a cultura é preterida pelo pensamento econômico e pelas políticas governamentais, bem como frequentemente restrita à ideia de arte. A favor dessa argumentação o autor ainda apresenta:

Os estudos sobre a importância econômica das “indústrias criativas” são recentes; nas plataformas dos partidos políticos as propostas culturais são secundárias; no debate sobre os

¹³ Aporte da cultura à economia na França.

destinos dos países emergentes predomina o elemento econômico, sendo o cultural apenas episódico; o surgimento do planejamento cultural é tardio em relação à administração pública ou empresarial. (ORTIZ, 2008, p. 123)

O autor também afirma que a cultura, em sua dimensão antropológica, precede o conceito de desenvolvimento vinculado a progresso econômico, inexistente até a modernidade. Os números mostram que a cultura contribui para o desenvolvimento econômico, porém é necessário considerar que a relevância desse fator numérico tem a limitação de ser apenas um complemento aos demais fatores e não o determinante para a efetivação de uma política cultural. De acordo com Saravia:

Essa concepção da cultura como mero instrumento do desenvolvimento econômico pode ser legível para os funcionários incumbidos de elaborar o orçamento público, mas nada tem em comum com o pensamento dos que estudaram a fundo as relações entre o Estado e a cultura. (SARAVIA, 1999, p. 92)

Dessa forma, a cultura é ampla e as políticas culturais não podem ser pautadas ou desconsiderar os conflitos encobertos por uma definição de desenvolvimento superficial que pressupõe uma harmonia entre seus diversos agentes, a qual, na maioria das vezes, inexistente ou, pelo menos, não é tão óbvia e orgânica. Gruman (2010) pondera que deve haver um equilíbrio na atuação dos diversos agentes, pois o dirigismo estatal não favorece a diversidade cultural, e o mercado, a “mão invisível”, não dá conta de harmonizar essas relações intrinsecamente conflituosas pertinentes à esfera cultural.

É necessário reforçar, ainda, que as políticas culturais devem preceder o financiamento à cultura, ou seja, o financiamento é uma ferramenta a serviço da política, e não o contrário (BRANDT, 2004).

4. O papel do Estado e a diversificação das fontes de financiamento

A diversificação das fontes de financiamento, através de políticas públicas bem formuladas, não apenas garante mais recursos, mas também resulta em maior diversidade de produção e apreciação de bens culturais (BOTELHO, 2009). Além do mais, propicia o equilíbrio do impacto de atuação

do Estado e demais agentes. Segundo Machado (1995), “a não-intervenção do Estado é uma forma velada de intervenção, porque ela traz consequências políticas importantes, ficando o mercado à mercê dos agentes naturalmente mais fortes”; por outro lado, a excessiva presença do Estado é um limitador do desenvolvimento cultural de uma nação, visto que não há neutralidade e as decisões são também pautadas em escolhas (PICON, 2012).

Mesmo em um período anterior à crise, a relevância dos esforços públicos para a cultura já era reconhecida, mesmo em um país no qual, historicamente, a população não atribui ao poder público a responsabilidade total sobre seu financiamento. Franceschi (1998) exemplifica com a reação negativa da opinião pública nos Estados Unidos quando houve tentativa de extinção dos incentivos fiscais às artes e à cultura:

Mesmo sendo os EUA a maior economia liberal do mundo, a tentativa agride e põe em risco um sistema profundamente arraigado nas tradições norte-americanas e que está na raiz dos enormes acervos mantidos pelos museus, entidades públicas e colecionadores particulares.” (FRANCESCHI, 1998, p. 41)

Girard (1972 apud SARAVIA, 1999) complementa que, apesar dos riscos envolvidos, mesmo em economias abertas, o apoio financeiro do Estado é essencial para satisfazer as necessidades culturais de um povo, as quais o mercado não consegue acompanhar por si só.

Recentemente, o Congressional Budget Office – entidade apartidária cujo objetivo é fornecer análises econômicas e orçamentárias independentes para subsidiar o processo de aprovação do orçamento pelo congresso nos Estados Unidos – publicou uma análise sobre o corte de recursos federais para as artes e as ciências humanas como uma possibilidade para a redução do déficit orçamentário dos Estados Unidos entre 2014 e 2023. Os argumentos a favor do corte afirmavam que haveria outras fontes de verba para tais projetos e que tamanho investimento não era prioritário, se comparado a outros investimentos de caráter social, confirmando o lugar marginal ainda ocupado pela cultura entre as demais políticas públicas (BOTELHO, 2009). No entanto, a argumentação contra o corte reforçava o papel do Estado nos processos de democracia e democratização cultural, ao

subsidiar programas em áreas mais afastadas e de baixa renda, cujos investimentos oriundos do setor privado são limitados ou inexistentes.

Apesar do conceito de políticas culturais envolver outros atores além do âmbito público, são as políticas públicas que delimitam o espaço disponível para a atuação do setor privado e demais agentes, devendo garantir, portanto, o respeito à diversidade, o que é inviável quando se está à mercê do mercado (REIS, 2009). A autora também propõe que o financiamento do setor cultural é composto por uma variedade de fontes do setor público e do setor privado e que é necessário entender o caráter complementar dessas relações e a diversidade de fatores como a complexidade da política cultural, o nível de desenvolvimento do mercado cultural, a demanda e a conscientização da população quanto a seu direito à cultura. Embora seja uma premissa corrompida na prática, é necessário afirmar que a iniciativa privada não pode substituir a atuação do governo.

O presente artigo não avalia o financiamento público indireto através de benefícios fiscais que compõe grande parte do investimento público, sejam eles isenção de impostos, como é comum nos Estados Unidos, ou reversão de impostos oriundos das produções estrangeiras para a produção nacional, como é comum na França. Porém cabe notar que, além dos investimentos diretos, no que tange à diversificação das formas de financiamento, a política pública bem formulada, em conformidade com as expectativas, percepções e comportamento da população, e determinada por questões de ordem histórica, é capaz de fomentar outras formas indiretas de financiamento. Nos Estados Unidos, as empresas com faturamento inferior a 50 milhões responderam por dois terços do total de 1,16 bilhão de patrocínios corporativos à cultura em 1997; ao passo que, no Brasil, o fato de que a lei federal de incentivo à cultura restringe a participação às empresas tributadas no lucro real contribui para que as micro e pequenas empresas sejam impossibilitadas de participar via lei de incentivo, ou seja, limita as opções de diversificação (REIS, 2009). Esse cenário está prestes a mudar, visto que tramita na câmara dos deputados o projeto de lei 1737/2015, que autoriza as empresas optantes pelo lucro presumido na apuração do imposto de renda a fazerem uso dos incentivos fiscais da Lei Rouanet. O projeto foi aprovado por

unanimidade pela Comissão de Cultura em 9 de setembro de 2015 e aguarda o parecer da Comissão de Finanças e Tributação¹⁴.

A intervenção financeira do Estado na França é responsável por aproximadamente 16% do valor cultural agregado e 7% da produção, conforme dados do *L'apport de la culture à l'économie en France*¹⁵ de 2013. Já o marketing cultural vem sendo cada vez mais profissionalizado e existe também uma significativa atuação de empresas mecenas que, em 1998, investiram 210 milhões de dólares em projetos culturais (REIS, 2009). Garets (2014) afirma que a relação entre cultura e economia na França é existente, apontando como fatores relacionados a este fenômeno incluem a profissionalização das políticas da cultura, a preocupação com a boa gestão e, ainda, as práticas culturais de massa.

5. Considerações finais

Apesar de seguirem modelos de financiamento e políticas culturais distintas e, até certo ponto, contrárias no que tange à intensidade da interferência direta do Estado no financiamento à cultura, Estados Unidos e França reconhecem o impacto da cultura na economia e a necessidade de intervenção pública direta nos momentos de crise, seja para equilibrar a queda dos recursos privados ou mesmo para a manutenção dos empregos e continuidade dos serviços e atividades culturais.

Durante a crise, os aportes federais diretos tiveram um impacto positivo nas atividades culturais dos dois países, servindo como ponto de equilíbrio da estrutura norte-americana pautada nos investimentos privados e consolidando a política cultural francesa, centralizada no financiamento público. Tal constatação pode servir de subsídio para as discussões sobre o cenário brasileiro, especialmente com relação aos recursos orçamentários e ao Fundo Nacional de Cultura, ameaçados pela crise econômica atual.

¹⁴ Conforme última consulta efetuada no site da câmara dos deputados no dia 24 de outubro de 2015.

¹⁵ Aporte da cultura à economia na França.

Historicamente, no Brasil, segundo Saravia (1999), “as políticas de contenção do déficit fiscal suprimiram grande parte dos subsídios outorgados às atividades culturais”. Em 2015, com a crise, não foi diferente. Como parte do contingenciamento do orçamento da União, houve corte de orçamento do Ministério da Cultura, reforçando uma das tristes tradições das políticas culturais brasileiras, a tradição da instabilidade, apontada por Rubim (2007).

Como crítica aos subsídios públicos destinados às instituições culturais, constam questões pertinentes à escolha, ou seja, um projeto sempre será financiado em detrimento de outro projeto. Ocorre, porém, que há perversidade na distribuição do recurso no caso do Brasil, onde ainda existem sérias questões sobre a diversidade regional dos projetos contemplados, que podem ser atribuídos à estruturação da política cultural brasileira, especialmente no que se refere à articulação federal com as esferas estaduais e locais. Tal questão é mais bem resolvida tanto nos Estados Unidos, dada a natureza da formação e políticas do país, como na França, em virtude de uma política cultural já consolidada e que já se voltou a processos de descentralização.

O atual ministro da cultura, Juca Ferreira, defende o fortalecimento da economia da cultura como uma das alternativas para o enfrentamento da atual crise econômica. Reconhecendo a contribuição da cultura para a economia e o desenvolvimento, ele afirma em discurso:

O momento em que vivemos no Brasil, e no mundo, reforça a necessidade de melhor circunscrevermos a contribuição da economia da cultura para o desenvolvimento de nosso país. (...) Estamos falando de um mercado na mais franca expansão, em um mundo em crise, e para o qual ainda não nos organizamos para nele competir. (BRASIL, 2015)

No entanto, os recentes cortes orçamentários do Ministério parecem ir na contramão da trajetória comum a países com lógicas de financiamento diferentes, como França e Estados Unidos, durante a crise. Um dos fatores que contribuem para tais decisões pode ser a precariedade dos indicadores para o segmento cultural, como o ministro ainda argumenta:

A produção de indicadores e informações sobre as atividades deste setor ainda é muito recente. Somente a partir do Governo Lula é que o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística passou a produzir indicadores para o segmento cultural. Ainda assim as séries históricas de que hoje dispomos são muito precárias. Os números ainda são poucos. (BRASIL, 2015)

As políticas culturais não devem ser pautadas exclusivamente em seu uso instrumental para o desenvolvimento econômico, mas cabe ressaltar que a existência de dados que mensurem essa relação positiva entre cultura e economia fornece subsídios para a tomada de decisões relativas ao investimento público na cultura e não deve ser desconsiderada nas discussões sobre políticas culturais.

Referências

AMERICANS FOR THE ARTS. **Arts & Economic Prosperity IV: The Economic Impact of Nonprofit Arts and Culture Organizations and their Audiences**. 4. ed.: Americans For The Arts, 2012. Disponível em: <http://www.americansforthearts.org/sites/default/files/pdf/information_services/research/services/economic_impact/aepiv/NationalStatisticalReport.pdf>. Acesso em: 15 set. 2015.

BOTELHO, Isaura. **A crise econômica, o financiamento da cultura e o papel do estado e das políticas públicas em contextos de crise**. Políticas Culturais em Revista, nº 107, abril/2009. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/viewArticle/3733>>. Acesso em: 15 set. 2015.

_____. A diversificação das fontes de financiamento para a cultura: um desafio para os poderes públicos. In: BOTELHO, Isaura, MOISÉS, José Álvaro (Org.). **Modelos de financiamento da cultura**; os casos do Brasil, França, Inglaterra, Estados Unidos e Portugal. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1997.

_____. As leis de incentivos fiscais à cultura. In: FRANCESCHI, Antonio de, et al. **Marketing cultural**: um investimento com qualidade. São Paulo: Informações Culturais, 1998. p. 91-102.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 1737/2015**. 2015. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1301066>>. Acesso em: 24 out. 2015.

BRASIL. Juca Ferreira. Ministério da Cultura. **A economia da cultura e o desenvolvimento do Brasil**. 2015. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset_publisher/DmSRak0YtQfY/content/a-economia-da-cultura-e-o-

desenvolvimento-do-brasil/10883?redirect=http://www.cultura.gov.br/discursos?p_p_id=101_INSTANCE_DmSRak0YtQfY&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-1&p_p_col_count=1>. Acesso em: 27 out. 2015.

BRANT, Leonardo. **Mercado cultural: Panorama crítico e guia prático para gestão e captação de recursos.** São Paulo: Escrituras: Instituto Pensarte, 2004.

COHEN, Randy. **What's Measured Matters...** Private Giving to Arts & Culture: Way Up in 2014!. 2015. Disponível em: <<http://blog.americansforthearts.org/2015/07/10/what's-measured-matters-private-giving-to-arts-culture-way-up-in-2014>>. Acesso em: 24 set. 2015.

Congressional Budget Office. **OPTIONS FOR REDUCING THE DEFICIT: 2014 TO 2023: Reduce Federal Funding for the Arts and Humanities.** Disponível em: <<https://www.cbo.gov/budget-options/2013/44786>>. Acesso em: 16 set. 2015.

DUBUFFET, Jean. Asfixiante cultura, In: GENTIL, Geneviève; POIRRIER, Philippe (Org.). **Cultura e Estado: a política cultural na França, 1955-2005.** São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2012. p. 69-71. Coleção Os livros do Observatório dirigida por Teixeira Coelho. Trad. Ana Goldberger. Disponível em: <<http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/2013/04/Cultura-e-estado.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

FILGUEIRAS, Luiz; OLIVEIRA, Elizabeth. A crise econômica mundial do capitalismo. In: BARROSO, Aloísio Sérgio; SOUZA, Renildo (Org.). **A Grande Crise Capitalista Global 2007-2013: gênese, conexões e tendências.** São Paulo: Anita Garibaldi, Fundação Maurício Gabrois, 2013. Disponível em: <https://books.google.com/books?id=ctL0BgAAQBAJ&lpg=PT38&ots=XhJY_L6r00&dq=crise%20economica%20mundial%20n%C3%A3o%20acabou&hl=pt-BR&pg=PP1#v=onepage&q=crise%20economica%20mundial%20n%C3%A3o%20acabou&f=false>. Acesso em: 26 out. 2015

FRANÇA. Annexe Au Projet de Loi de Finances Pour 2010. **Effort Financier de L'État Dans Le Domaine Culturel.** [Paris], 2010. Disponível em: <http://www.performance-publique.budget.gouv.fr/sites/performance_publique/files/farandole/ressources/2010/pap/pdf/Jaune2010culturel.pdf>. Acesso em: 15 set. 2015.

_____. Annexe Au Projet de Loi de Finances Pour 2011. **Effort Financier de L'État Dans Le Domaine de La Culture Et de La Communication.** [Paris], 2011. Disponível em: <http://www.performance-publique.budget.gouv.fr/sites/performance_publique/files/farandole/ressources/2011/pap/pdf/Jaune2011_Culture.pdf>. Acesso em: 15 set. 2015.

_____. Annexe Au Projet de Loi de Finances Pour 2012. **Effort Financier de L'État Dans Le Domaine de La Culture Et de La Communication.** [Paris], 2012. Disponível em: <http://www.performance-publique.budget.gouv.fr/sites/performance_publique/files/farandole/ressources/2012/pap/pdf/Jaune2012_culture.pdf>. Acesso em: 15 set. 2015.

FRANCESCHI, Antonio de. Cultura e sociedade no Brasil. In: FRANCESCHI, Antonio de, et al. **Marketing cultural: um investimento com qualidade**. São Paulo: Informações Culturais, 1998. p. 35-43.

GARETS, Françoise Taliano des. **Metrópoles regionais e a cultura: o caso francês, 1945-2000**. São Paulo: Iluminuras: Observatório Itau, 2014. Trad. Ana Goldberger. Disponível em: <http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/2014/07/METR%C3%93POLES-REGIONAIS_ILUMINURASFinal.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015.

GENTIL, Geneviève; POIRRIER, Philippe (Org.). **Cultura e Estado: a política cultural na França, 1955-2005**. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2012. p. 69-71. Coleção Os livros do Observatório dirigida por Teixeira Coelho. Trad. Ana Goldberger. Disponível em: <<http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/2013/04/Cultura-e-estado.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

GRUMAN, Marcelo. Nem tanto ao Céu, Nem tanto a Terra: limites e possibilidades da lei de incentivo fiscal à cultura. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 107, abril/2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/9332/5485>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

KANCEL, Serge et al. **L'apport de la culture à l'économie en France**. Paris: Inspection Générale Des Finances, 2013. Disponível em: <<http://www.economie.gouv.fr/files/03-rapport-igf-igac-culture-economie.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2015.

KUSHNER, Roland J.; COHEN, Randy. **National Arts Index 2013: An Annual Measure of the Vitality of Arts and Culture in the United States: 2000-2011**. Americans For The Arts, 2013. Disponível em: <<http://www.artsindexusa.org/wp-content/uploads/2013/09/2013-NAI-Full-Report.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2015

_____. **National Arts Index 2014: An Annual Measure of the Vitality of Arts and Culture in the United States: 2001-2012**. Americans For The Arts, 2014. Disponível em: <http://www.americansforthearts.org/sites/default/files/pdf/information_services/art_index/2014-NAI-Full-Report.pdf>. Acesso em: 15 set. 2015

LE MINISTÈRE DE LA CULTURE ET DE LA COMMUNICATION. **Budget 2008 Du Ministère de La Culture Et de La Communication**. [França], 26 set. 2007. Disponível em: <<http://www.culture.gouv.fr/culture/actualites/conferen/albanel/budget08.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2015.

MACHADO, Mário Brockmann. Estado e cultura no Brasil. In: Gláucia Villas Bôas e Marco Antonio Gonçalves, orgs., **O Brasil na Virada do Século: o debate dos cientistas sociais**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995, p. 268-

271. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/k-n/FCRB_MarioBrockmannMachado_Estado_cultura_Brasil.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015.

MINISTÈRE DE LA CULTURE ET DE LA COMMUNICATION. **Culture & Médias 2030**: Prospective de politiques culturelles. [paris], 2011. Disponível em: <<http://www.culturemedias2030.culture.gouv.fr/annexe/29-fiches-culture2030-29-.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2015.

ORTIZ, Renato. Cultura e Desenvolvimento. **Políticas Culturais em Revista**, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/3194>>. Acesso em: 15 set. 2015.

PICON, Gaëtan. A cultura e o Estado, In: GENTIL, Geneviève; POIRRIER, Philippe (Org.). **Cultura e Estado**: a política cultural na França, 1955-2005. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2012. p. 51-53. Coleção Os livros do Observatório dirigida por Teixeira Coelho. Trad. Ana Goldberger. Disponível em: <<http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/2013/04/Cultura-e-estado.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. A Grande Depressão e a Grande Recessão: Uma comparação das crises de 1929 e 2008 nos EUA. **Revista Econômica**, Niterói, v 13, n 2, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.revistaeconomica.uff.br/index.php/revistaeconomica/article/download/26/20>>. Acesso em: 25 set. 2015.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Marketing cultural e financiamento da cultura**: teoria e prática em um estudo internacional comparado. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

RESTREPO, Felipe Buitrago. Arts & the Workforce. In: LORD, Clayton. Arts & America: Arts, Culture, and the Future of America's Communities. **Americans For The Arts**, 2015. p. 65-78. Disponível em: <http://www.americansforthearts.org/sites/default/files/Arts&America_Workforce.pdf>. Acesso em: 15 set. 2015.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas Culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007. p. 11-36. Coleção CULT.

SARAVIA, Enrique. Que financiamento para que cultura?: O apoio do setor público à atividade cultural. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 89-119, jan. 1999. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7670/6238>>. Acesso em: 25 set. 2015.

The Recovery Accountability and Transparency Board. **The American Recovery and Reinvestment Act**. Disponível em:

<http://www.recovery.gov/arra/About/Pages/The_Act.aspx>. Acesso em: 14 set. 2015.

TYLER COWEN. National Endowment For The Arts. **How the United States Funds the Arts**. 3. ed. Washington, Dc: National Endowment For The Arts, 2012. Disponível em: <<http://arts.gov/publications/how-united-states-funds-arts>>. Acesso em: 3 ago. 2015.